



 **BELO HORIZONTE/MG**

## **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA**

**30 DE SETEMBRO A 01 DE OUTUBRO**

**16 HORAS**  
De capacitação

**Lúcio Costa**



### **Apresentação**

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 representa uma modernização profunda em relação à Lei nº 8.666/93 e outras normativas anteriores, trazendo consigo uma série de inovações, desafios e, sobretudo, a necessidade imperativa de atualização a todos os agentes públicos envolvidos com as contratações públicas.

Esse curso abrange os pilares dos contratos administrativos sob a égide da NLLC, desde a sua formalização até a execução, fiscalização, alteração, pagamento, e o regime sancionador.

Abordaremos as mudanças no regime jurídico dos contratos, as novas regras para garantias, as responsabilidades e os desafios dos envolvidos na fiscalização contratual, as diretrizes para alterações contratuais, e os elementos fundamentais para uma gestão contratual robusta e aderente à legislação vigente.

Entender essas nuances é crucial para que os agentes públicos possam garantir a legalidade, a eficiência e a economicidade em suas aquisições e serviços, minimizando riscos jurídicos e financeiros, tendo em vista exigências de um cenário jurídico em constante evolução.

A Inteligência Artificial (IA) tem o potencial de revolucionar a maneira como fazemos contratações públicas. São inúmeras as possibilidades de utilização dessa tecnologia, que podem contribuir para a eficiência, transparência e eficácia dos processos licitatórios.

A IA pode ser utilizada para automatizar tarefas, gerar análises complexas e apoiar a tomada de decisão. No contexto deste curso, a aplicação prática de ferramentas de IA será demonstrada para a operacionalização de tarefas essenciais na rotina contratual.

Serão exploradas técnicas de conformidade contratual e boas práticas administrativas estabelecidas na Lei 14.133/2021 aliadas às ferramentas de Inteligência Artificial, que permitam a atuação com segurança jurídica nas rotinas de gestão contratual.

### **Público alvo**

Servidores públicos que atuam, na equipe de planejamento, agentes de contratação, formalização de contratos, acompanhamento e fiscalização contratual, controle interno e auditoria, áreas financeiras, e demais servidores que, em suas atribuições, atuem com contratos administrativos.

## Objetivos

O presente curso visa capacitar os participantes a atuar com segurança e proficiência no ambiente dos contratos administrativos, conforme as disposições da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21) aliadas às ferramentas de Inteligência Artificial nas rotinas de gestão contratual.

### **Assegurar que, ao final do curso, os participantes estejam aptos a:**

- Estabelecer um conhecimento aprofundado e crítico sobre o regime jurídico dos contratos administrativos introduzido pela Lei nº 14.133/21, destacando suas inovações.
- Habilitar os participantes a aplicar os preceitos da Nova Lei de Licitações e Contratos na gestão diária dos contratos administrativos de suas respectivas instituições, desde a formalização até a extinção, garantindo a conformidade e a segurança jurídica nas operações.
- Incentivar a adoção de práticas de gestão contratual mais eficientes, transparentes e proativas, que contribuam para a otimização dos recursos públicos e a entrega de resultados de qualidade, em consonância com os princípios da NLLC.
- Inspirar a adaptação contínua às novas exigências legais e a busca por soluções inovadoras na gestão de contratos, aproveitando as flexibilidades e oportunidades que a Lei nº 14.133/21 oferece para aprimorar o desempenho institucional.
- Demonstrar como a IA pode apoiar nas rotinas de gestão contratual na análise e revisão de Editais de Licitações e minutas contratuais, bem como quanto às sanções administrativas.

## Metodologia

A abordagem metodológica inclui estudo dirigido, aulas expositivas e participativas, e o uso de exemplos ilustrativos. Para promover a interação, também serão realizados debates, dinâmicas de grupo, e exercícios práticos com aplicação da IA.

## Conteúdo

### Contratos Administrativos

- Contratos Administrativos no contexto da Nova Lei nº 14.133/21
- Macroprocesso de Contratação Pública
- Tipos de Editais e Contratos
- Técnicas de Elaboração de Prompts Generativas para utilização na análise e revisão de Editais de Licitações
- Divulgação dos Contratos no PNCP
- Regime jurídico dos contratos administrativos
- Da formalização dos contratos
- Cláusulas obrigatórias
- Objeto e seus elementos característicos
- Substituição do instrumento de contrato
- Das garantias
  - Tipos
  - Modalidades
  - A que se presta
  - Percentuais

- Questões relevantes sobre o seguro-garantia
  - Disciplina
  - Prazo para entrega e assinatura do contrato
  - Análise
  - Condições
  - Validade
  - Percentual
  - Consulta regularidade de apólice de seguro-garantia - Susep
  - Cobertura adicional – prejuízos à administração, obrigações trabalhistas e previdenciárias, multas
  - Garantia contratual com cláusula de retomada
  - Garantias e o PNCP
- Da duração dos contratos
- Técnicas de Elaboração de Prompts Generativas para utilização na análise e revisão de Minutas Contratuais
- Da execução dos contratos
- Decisões sobre a execução dos contratos
- Fiscalização da execução do objeto contratual
- Os agentes do artigo 117 da NLLC e o princípio da segregação de funções
- Responsabilidades do gestor e do fiscal do contrato
- Do recebimento do objeto na nova lei de licitações e contratos
  - Compras: a simples entrega e o efetivo recebimento
  - Do recebimento provisório: obras e serviços
  - Do recebimento definitivo: obras e serviços
  - Do recebimento provisório: compras
  - Do recebimento definitivo: compras
  - Responsabilidade do projetista consultor
  - Responsabilidade quanto ao recebimento do objeto
- Do pagamento na Lei 14.133/2021 e a ordem cronológica
- O pagamento em caso de controvérsia quanto à execução do objeto e eventual glosa
- O pagamento antecipado na Lei nº 14.133/2021
- A remuneração variável na Lei nº 14.133/2021
- Da (IM) possibilidade de retenção de pagamento dos serviços executados ou fornecimentos realizados
- Alterações contratuais na nova lei de licitações e contratos
  - Alteração contratual unilateral
  - Alteração por acordo entre as partes
  - O “valor inicial atualizado do contrato”
  - Regras para aplicação dos acréscimos e supressões
  - Alteração contratual e ausência de preço unitário para obras ou serviços
  - A supressão contratual e o material já adquirido pelo contratado
  - Restabelecimento total ou parcial de quantitativo de item: Orientação Normativa AGU nº 50 - nova redação (Portaria AGU nº 140, de 26.04.2021)
  - Execução contratual e a antecipação dos efeitos do contrato: situação complexa que envolve cuidados
- Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos: Revisão, Reajuste e Repactuação
- Extinção do contrato

- Das penalidades administrativas
  - Da Legislação aplicável;
  - Das falhas e omissões legislativas em matéria de aplicação de penalidades;
  - Princípios constitucionais aplicáveis: legalidade, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, tipicidade, culpabilidade e non bis in idem.
  - Critérios de gradação e aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na dosimetria da pena.
  - Da necessidade de previsão no edital e no contrato;
  - Quais as finalidades das sanções administrativas?
  - Comparativo entre as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002, e na Lei nº 14.133/2021;
  - As hipóteses de infração administrativa do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;
  - Das espécies de sanções administrativas da Lei 14.133/2021 (Advertência, Multa, Impedimento de Licitar, e Declaração de Inidoneidade);
  - Do Procedimento de apuração de inadimplemento obrigacional e aplicação de penalidade.
  - Técnicas de Elaboração de Prompts Generativas para utilização no processo administrativo de sanções administrativas.

## → Palestrante



## LÚCIO ANTÔNIO FREZZA COSTA

É professor da Escola Nacional da Administração Pública (ENAP), professor da Escola de Administração Fazendária (ESAF), professor da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), professor da Escola de Ead/PGR/MPF (Ministério Público Federal), professor/instrutor do MPT (Ministério Público do Trabalho), e professor colaborador em diversas Instituições (MCTI, MMA, M. Esporte, BNB, CNPQ, MPDFT, CEFET/RJ etc) ministrando cursos na área de Convênios, Licitações e Contratos administrativos, e outros temas congêneres em cursos em EAD e presenciais.

Possui pós-graduação em Direito Público pela Universidade Metodista, pela Faculdade Processus e pela Escola da Magistratura do Distrito Federal.

Com experiência na área de Convênios, Licitações e Contratos Administrativos, atuou no Controle Interno do MMA, na Consultoria Jurídica do MPDFT, e na Assessoria Jurídica do Procurador-Geral do Trabalho.

Atualmente é servidor público, analista do Ministério Público da União/Apoio Jurídico/Direito com lotação na Procuradoria-Geral do Trabalho/MPT/MPU.



## → Programação

**Carga Horária:** 16 horas

**Local:** Belo Horizonte – MG

**Data:** 30 de setembro a 01 de outubro de 2026

### Horários:

08h às 09h | Credenciamento (apenas no primeiro dia)

09h às 12h | Aula

12h às 13h | Intervalo para almoço

13h às 15h | Aula

15h às 15h30 | Coffee Break

15h30 às 17h30 | Aula

## → Investimento

**R\$ 3.890,00** | por inscrição

(Três mil oitocentos e noventa reais)

## → Incluso

- » Material didático com conteúdo exclusivo
- » Certificado digital com carga horária de 16 horas
- » 04 coffee breaks durante o evento

## → Local

Em breve!

## → Pagamento

Nota de Empenho/ Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento deverá ser efetuado em nome de:

### Dados da empresa

**INSTITUTO LICIDATA TREINAMENTOS LTDA.**

**CPNJ:** 48.941.653/0001-00



**Banco do Brasil 001**

Agência: 0009-4

Conta: 489.843-5

Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como: Boleto, Transferência bancária ou Depósito.